

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA E SUAS RELAÇÕES NA IN/EXCLUSÃO ESCOLAR: NARRATIVAS DE VELHOS

Nara Celiane Britto¹

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski²

Eixo temático: Educação, cultura e linguagens

Ao longo da história, diferentes abordagens foram adotadas em relação às pessoas com deficiência, desde o extermínio, a segregação, a integração, e mais recentemente, a inclusão desse público em todas as esferas sociais. No entanto, essas abordagens não são lineares, como se fossem uma evolução natural, tampouco excludentes, uma vez que se entrelaçam e por vezes existem retrocessos. Assim, a inclusão é compreendida como um esforço da sociedade moderna de impor ordem e regularidade, funcionando como um princípio que pressupõe a necessidade de entender os corpos estranhos dos "outros" – dos anormais –, dos marginalizados e excluídos. Em suma, incluir os estranhos objetiva aproximá-los, familiarizá-los e governá-los (Veiga-Neto, 2011).

Este estudo resulta da dissertação de Mestrado em Educação da primeira autora, sob orientação da segunda, cujo tema é: *Narrativas de velhos acerca de percepções de deficiência: implicações na in/exclusão escolar*. Assim sendo, a proposta da pesquisa foi conhecer as narrativas de velhos acerca da sua concepção de deficiência, fazendo emergir os

¹ Pedagoga. Especialista em Inovação na Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Mestre em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Integrante do Grupo de pesquisa Diversidades, educação inclusiva e práticas educativas. E-mail: nara.britto@unochapeco.edu.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora e professora do PPGE - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu em Educação* – PPGE, Mestrado e Doutorado (Unochapecó), Coordenadora do PPGE de 2018 a 2024. Líder do Grupo de pesquisa *Diversidades, educação inclusiva e práticas educativas* (Unochapecó). Integrante da Rede de Investigação em Inclusão, Aprendizagem e Tecnologias Educacionais (RIIATE). Sócia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial ABPEE. Consultora Ad Hoc Fapesc. Consultora Ad Hoc CNPq. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq 2. E-mail: taniazp@unochapeco.edu.br.

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

olhares e as memórias que eles trazem consigo sobre a deficiência ao longo de suas vidas e como essas representações influenciam/influenciaram as práticas de in/exclusão escolar. Ressaltamos que essas representações são moldadas pelas dinâmicas de poder que foram/são tramadas socialmente e historicamente. Assim, ao optar por investigar o que foi/era naturalizado em seus contextos de vida, decidimos explorar o que foi ou é naturalizado dentro desses contextos. Nesse sentido, tais representações naturalizadas anunciam formas de falar sobre a deficiência que atravessam a escola e, simultaneamente, produzem as relações que nela são estabelecidas.

A inquietação científica para desenvolver este estudo, se ampara no fato que, ao longo da história, a deficiência foi tratada como um tabu, um assunto que deixa algumas pessoas desconfortáveis, deixa evidente o mito da normalidade, uma vez que a fragilidade do outro aponta a fragilidade humana. Estudos de Tessaro, Trevisol e Pieczkowski (2022, p. 16) destacam que “a dificuldade de conviver com a diferença é um dos principais aspectos que fundamentam a prática de bullying. [...] A diferença é percebida como estranhamento, como algo que incomoda e desestabiliza. Segundo Tessaro, Trevisol e Pieczkowski (2022), a prática do bullying encontra seus fundamentos na dificuldade de conviver com a diferença em relação aos padrões socialmente estabelecidos. A sociedade rotula o corpo que se afasta da norma como estranho em relação ao padrão cultural, social e pedagogicamente aceito. Ao exibir a sua “‘deformidade’, a sua ‘anormalidade’ oferece ao olhar a sua aberração para que todos a vejam” (Roseiro; Carvalho, 2021, p. 780). A percepção da diferença de um corpo como algo estranho, fora do padrão de normalidade estabelecido pela sociedade, é desafiadora, desestabilizadora, o que contribui para a marginalização e a exclusão de estudantes com deficiência. Assim sendo, ao estabelecer normas e considerar como normais apenas aqueles que se ajustam aos padrões estabelecidos, a sociedade reforça a exclusão daqueles que fogem dessas normativas. A sociedade, ao longo do tempo, naturalizou a exclusão desses indivíduos, perpetuando a ideia de que a deficiência é algo a ser corrigido, normalizado, ou uma vida menos importante.

Diante do exposto, apresentamos a pergunta mobilizadora desta pesquisa: Como velhos narram as formas de tratar as pessoas com deficiência em suas trajetórias de vida e



como tais concepções historicamente naturalizadas implicam na in/exclusão escolar? Da pergunta de pesquisa emergem as seguintes questões de pesquisa: Como pessoas sem deficiência, com mais de 70 anos, narram suas concepções de deficiência? As políticas inclusivas provocam deslocamentos nessas concepções? O objetivo geral deste estudo é tensionar narrativas de velhos acerca da forma de tratar as pessoas com deficiência em sua trajetória de vida e compreender como tais concepções implicam na in/exclusão. Do objetivo geral derivam os seguintes objetivos específicos: analisar como, em anos passados, as pessoas com deficiência eram tratadas e porque eram compreendidas/tratadas daquela forma; verificar como é compreendida a deficiência pelos velhos entrevistados; compreender como a concepção de deficiência reverbera na in/exclusão escolar de estudantes com essa especificidade; compreender se as políticas de inclusão provocam deslocamentos nessas concepções.

A escolha do termo “velhos” vem como uma forma de indagação e “[...] enfrentamento de algo que incomoda, que assusta e, que muitas vezes tentamos maquiagem com termos mais amenos e politicamente corretos” (Rech, 2018, p. 17). E ainda, de acordo com Beauvoir (1990, p. 8) “para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar”, é como um fantasma que ninguém quer e/ou não consegue encarar. Assim sendo, recorremos ao termo “velhos” a fim de quebrar o silêncio, trazer à luz esse fantasma que para muitos é o envelhecimento, mesmo que isso inquiete alguns leitores. Poderíamos tê-los chamado de anciões, de idosos, mas optamos por enfrentar esse estereótipo, ao afirmar que o termo *velhos* é carregado de significados. Salientamos que os velhos entrevistados não foram, na vida pregressa, pessoas com deficiência, embora na velhice condições limitadoras ou de deficiência possam estar presentes. Portanto, os entrevistados falarão da deficiência de outras pessoas.

Percebemos que a deficiência, frequentemente foi mantida em “segredo”, como uma espécie de tabu. A deficiência de algumas crianças ou adultos era um assunto que não adentrava as rodas de conversas na comunidade *locus* do estudo, ou seja, não se podia falar, nem sequer perguntar sobre isso. Esse tema era “velado”, o que despertava inquietação. Sendo assim, a justificativa para desenvolver esta investigação encontra-se no desejo de

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

registrar memórias de velhos em relação à forma como pessoas com deficiência foram tratadas ao longo dos tempos, ou, até algumas décadas atrás. A motivação central reside no silenciamento da comunidade em relação à existência de pessoas com deficiência, um tema “fechado”, “proibido”, e tais pessoas não eram vistas/ reconhecidas pela perspectiva de que a diferença é uma condição humana. Outras pessoas com deficiência existiam na comunidade e algumas eram tratadas como “bobos da corte”. Havia boatos de que algumas pessoas com deficiência sofriam violação, abusos verbais e/ou emocionais. Embora na época, quando a primeira autora era criança e adolescente e vivia na comunidade investigada fossem naturalizados tais tratamentos e não se falasse em *bullying*, hoje podemos compreender que era disso que se tratava, além de outras formas de violência.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, na perspectiva pós-estruturalista e com aporte foucaultiano. As materialidades empíricas foram geradas por meio de entrevistas narrativas e direcionadas por um roteiro, com tópicos orientadores, gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. Por meio das narrativas é possível reconstruir os significados que os sujeitos atribuem, bem como rememorar experiências pessoais, pois as histórias narradas não são dados prontos ou acabados, mas sim documentos produzidos na cultura por meio da linguagem, durante o encontro entre o pesquisador e o pesquisado (Andrade, 2021). As narrativas foram organizadas em agrupamentos temáticos considerando a relevância e recorrência e derivaram dos tópicos orientadores, inspirados nas perguntas de estudo. Foram entrevistadas 9 (nove) pessoas com mais de setenta anos de idade, residentes na região do extremo norte do Rio Grande do Sul, *locus* da pesquisa. Como critérios para participar da pesquisa foi estabelecido: ter acima de 70 anos; residir desde aproximadamente o ano de 1988, período em que a primeira autora frequentava a escola da comunidade localizada no município de Alpestre (RS); e aceitar participar do estudo. As narrativas foram examinadas por meio da análise do discurso, com inspiração foucaultiana. De acordo com Sales (2021, p. 127), analisar o discurso em Foucault, “[...] trata-se de analisar por que aquilo é dito, daquela forma, em determinado tempo e contexto, interrogando sobre as ‘condições de existência’ do discurso”.

A deficiência era e por vezes ainda é compreendida como algo indesejável e como uma condição de subalternidade. Contudo, Skliar (1999, p. 22) enfatiza que as diferenças “não devem ser entendidas como um estado não desejável, impróprio, de algo que cedo ou tarde voltará à normalidade [...] a diferença existe independentemente da autorização, da aceitação, do respeito ou da permissão outorgada da normalidade”. Assim sendo, através das entrevistas narrativas, visamos quebrar o silenciamento e emergir através das memórias dos entrevistados as lutas da pessoa com deficiência, a segregação e exclusão dessas pessoas, atitudes que perpetuam até hoje na forma de preconceito e de não aceitação na escola, nas empresas, na sociedade como um todo. A não aceitação e o preconceito às diferenças.

Ao referir a história das pessoas com deficiência no contexto brasileiro, Lobo (2015), menciona a invisibilidade, afirmando que, no entanto, elas sempre existiram. Segundo a autora, elas “[...] sempre estiveram lá, nas poucas inscrições em que foi registrada a rápida passagem de suas existências por alguém que muito apressadamente se ocupou deles” (Lobo, 2015, p. 13). Isso nos mostra que tais pessoas foram desprezadas, condenadas, vistas como uma erva daninha, que nascem e crescem onde não são desejáveis. É o que evidencia Lockmann (2016, p. 24), ao afirmar ser notório que “[...] em diferentes momentos históricos, procurou-se identificar e marcar aqueles indivíduos que não se enquadravam nos padrões de normalidade”. A autora ainda reitera que a anormalidade desde sempre foi uma preocupação social e política, ou seja, o ser humano dito normal é uma ideia fixa que vem do passado, o que varia a cada época são os métodos e/ou as políticas desenvolvidas para gerenciar as deficiências/diferenças. É possível identificar uma construção social da deficiência que se estabelece a partir de uma comparação com um padrão considerado normal.

Foucault (2008) argumenta que essa busca pela normalidade é uma forma de exercício de poder sobre as pessoas com deficiência, pois nega a diversidade e as coloca em uma posição de inferioridade em relação ao normal. De acordo com o autor “[...] a norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais”. O autor chama a atenção para o fato de que a norma não é apenas imposta de cima para baixo, mas também internalizada pelos indivíduos através de processos disciplinares e de controle social. Portanto, habitar num corpo com deficiência é viver constantemente sob o olhar e o julgamento normativo da sociedade. Neste

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

contexto, Veiga-Neto (2011, p. 107-108), pondera que, a diferença é pensada “[...] como uma mancha no mundo, na medida em que os diferentes teimam em não se manterem dentro dos limites nítidos, precisos, com os quais o Iluminismo sonhou geometrizar o mundo”. A busca pela normalidade é uma faceta sombria que assujeita os corpos com deficiência.

Essas vidas, obscurecidas pela deficiência, foram desprezadas ao infortúnio e fadadas ao esquecimento, ao anonimato na história. O que as faz ressurgir, de acordo com Lobo (2015), é o acaso de achados através de documentos que alguém pesquisa e encontra. Foram “vidas detidas por uma instituição, aprisionadas pelas condições que lhes foram impostas, maldição das relações de poder” (Lobo, 2015, p. 14) de uma sociedade que oprime o corpo com deficiência. Neste contexto, Veiga-Neto (2011) alerta para os entraves criados pela sociedade normativa, evidenciados quando convivem em uma mesma instituição escolar, os chamados normais e os anormais. Esse encontro torna difícil o ensino, não porque seus níveis cognitivos sejam diferentes, mas porque dividi-los foi um dispositivo criado para definir a diferença entre normalidade e anormalidade e colocar a norma em ação. Esse movimento de separação entre normais e anormais gera desigualdade e estigmatização, dificultando o processo de ensino-aprendizagem para todos. Assim, habitar um corpo com deficiência é desafiar a norma, romper com os padrões estabelecidos e enfrentar diariamente obstáculos físicos e sociais, numa sociedade que exclui e marginaliza pessoas que não se encaixam nos padrões estabelecidos.

Na atualidade, a questão da deficiência tem sido objeto de reflexões e debates relevantes. A deficiência está entrelaçada com os processos de subjetivação e ganha um novo olhar sob a perspectiva foucaultiana. Ao lançar um olhar, tendo como base as contribuições do filósofo Michel Foucault, é possível trilhar caminhos que conduzam a uma compreensão mais profunda acerca da deficiência e dos processos de subjetivação. Esses processos de subjetivação podem ser entendidos como formas de transformar os indivíduos em sujeitos objetivados, ou seja, sujeitos que são moldados e definidos por forças externas, que Foucault (2014) vai denominar de relações de poder. Nessa perspectiva o autor afirma que, esses processos de subjetivação vêm engendrados de poder, num regime de verdade que cada sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiro. Nos alerta para a importância de analisar e

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

questionar essas verdades estabelecidas e problematizar as formas como elas afetam a vida dos sujeitos com deficiência. Para Foucault (2014), os jogos de verdade são moldados por discursos e práticas sociais que variam de acordo com as diferentes culturas e regiões geográficas. Em algumas culturas, a deficiência pode ser vista como uma maldição ou punição divina, enquanto em outras, pessoas com deficiência foram segregadas em espaços específicos, uma vez que não se “encaixam” nos padrões de normalidade. Essas diferentes percepções afetam diretamente a forma como as pessoas com deficiência foram/são tratadas e integradas na sociedade. É o que evidencia as narrativas dos velhos entrevistados acerca das concepções de deficiência e do tratamento destinados às pessoas com deficiência.

O estudo aponta para uma persistência de representações predominantemente reducionistas e estigmatizantes das pessoas com deficiência, que por vezes ainda perduram, mesmo que de forma mais sutil. Ainda, revelam uma visão capacitista, que trata a deficiência como uma forma de inferiorização e incapacidade. Conceitos de deficiência vistos sob a ótica da inutilidade social, benevolência e desvio normativo mostram como a sociedade continua a categorizar e hierarquizar indivíduos com base em suas singularidades. A influência dessas narrativas demonstra a internalização de discursos de poder que moldam as práticas sociais e subjetividades.

A pesquisa também evidencia a exclusão e a invisibilidade de pessoas com deficiência em todas as esferas sociais, sendo tratadas como anomalias a serem corrigidas. A violência, manifestada através de *bullying* e controle sobre suas vidas, revela a marginalização de quem não se ajusta a padrões estabelecidos. E ainda, expõe a exclusão escolar, a naturalização da não aprendizagem, o que justificaria a não frequência às escolas. Expõe também, o poder que as palavras têm de ferir, de excluir, em demarcar o normal e o anormal, subjetivando com base em verdades históricas determinadas por aqueles que detêm o poder em um contexto social. O estudo aponta que a inclusão de pessoas com deficiência nem sempre foi garantida por Leis, Políticas e Documentos e que o tratamento a elas destinado não é linear, como se fosse uma evolução natural, sequer excludente, uma vez que se movimenta e por vezes até retrocede.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO


23, 24 E 25/09

Esta pesquisa não busca emitir/estabelecer juízo de valor, mas compreender “verdades” históricas, provisórias. A intenção é desnaturalizar o que parece dado e provocar reflexões acerca de práticas excludentes impostas às pessoas com deficiência e sua relação com o processo de exclusão escolar. Assim sendo, analisar discursos na perspectiva foucaultiana ajudou a compreender o que é dito em determinado tempo e contexto, permitindo uma visão dos efeitos dos jogos de verdade e das verdades históricas que encontram espaço no ambiente educacional. Atitudes preconceituosas e discriminatórias, olhares incapacitantes e palavras injuriosas, muitas vezes sutis e implícitas, ainda são reproduzidas na escola, refletindo os processos de subjetivação que nos constituíram/constituem e a persistência de antigos estigmas.

Palavras-chave: Deficiência; Subjetivação; Efeitos de Verdade; Memórias de velhos; In/exclusão escolar.

AGRADECIMENTO:

¹ Apoio: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

-  processo nº 302973/2022-2

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa significado nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Mazza, 2021. p. 175-195.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France. Tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

LOBO, Lilia Ferreira. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes do Brasil. 2. ed.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2015.

LOCKMANN, Kamila. As práticas de inclusão por circulação: formas de governar a população no espaço aberto. **Revista Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 55, p. 19-36, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i55.10416>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/10416>. Acesso em: 7 set. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011. p. 105-118.

RECH, Aryana Lucia. **Memória de velhos: escola, bodega e igreja como signos de estruturação – uma leitura a partir da semiótica peirciana**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2018. Disponível em: <http://konrad.unochapeco.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000100/00010093.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ROSEIRO, Steferson Zanoni; CARVALHO, Janete Magalhães. Escola de gente feia. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 776-792, ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v23i3.8657881>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8657881>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SALES, Shirlei Resende. Etnografia + análise do discurso: articulações metodológicas para pesquisar em Educação. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Mazza, 2021. p. 113-134.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55373>. Acesso em: 8 set. 2023.

TESSARO, Mônica; TREVISOL, Maria Teresa Ceron; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Bullying envolvendo alunos com deficiência: análise a partir de uma revisão de literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-22, abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X67847>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/67847>. Acesso em: 22 ago. 2024.

